

# FOLHA DE S. PAULO

Em programa de rádio, Lula nega risco de apagão no país

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou, em seu programa semanal de rádio, risco de apagão elétrico no país. Segundo Lula, a questão energética “vive de boatos”, mas “o dado concreto é que o Brasil está seguro de que não haverá apagão”.

Na semana passada, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman, levantou a possibilidade de um eventual racionamento, mas o governo o desmentiu. **Pág. B4**

TERÇA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 2008  
ANO 87 ★ Nº 28.776

EDIÇÃO SÃO PAULO/DF, CONCLUÍDA ÀS 23H15 ★ R\$ 2,50

B4 dinheiro

TERÇA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 2008

FOLHA DE S. PAULO

## Lula nega apagão e diz que haverá energia para expansão

Presidente diz em programa de rádio que questão energética ‘vive de boatos’

Segundo ele, o ministério de Minas e Energia, o ONS e a Petrobras “estão garantindo que não faltará energia em 2008”

MARIA CLARA CABRAL  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva descartou ontem, durante seu programa semanal de rádio, “Café com o Presidente”, o risco de um apagão elétrico no país.

Segundo Lula, a questão energética “vive de boatos”, mas “o dado concreto é que o Brasil está seguro de que não haverá apagão e de que não faltará energia para dar sustentabilidade ao crescimento que nós queremos ter no Brasil”.

Lula afirmou que já se reuniu com todo o setor elétrico e que a prioridade é produzir energia para o interesse da sociedade brasileira. Segundo ele, com o início da construção da hidrelétrica do rio Madeira, o país está preparado para não ter ne-

nhum apagão por muito anos.

“Nenhum risco [de racionamento]. Nenhum risco. A questão energética vive de boatos. Todo dia tem boatos de que vai acontecer isso, vai acontecer aquilo”, disse. “Eu estou convencido de que todas as medidas que estamos tomando, seja o Ministério de Minas e Energia, seja a ONS [Operador Nacional do Sistema], seja a Petrobras, todos eles estão garantindo que não faltará energia em 2008. Nós estamos preparados para 2009, preparados para 2010. E, com o começo da construção da hidrelétrica do Rio Madeira agora, nós estamos se-

guros de que não faltará energia no Brasil por um bom tempo.”

A declaração do presidente foi dada após integrantes relacionados ao setor discordarem sobre o baixo nível dos reservatórios hidrelétricos e falta de gás para as termelétricas, que são acionadas pelo governo quando o nível de água está baixo nas hidrelétricas.

Na semana passada, os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil) e Nelson Hubner (Minas e Energia) contrariaram o diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Jerson Kelman, que disse que

não estava totalmente convencido de que um eventual racionamento neste ano poderia ser descartado, embora o considerasse improvável. Em reunião de emergência na semana passada, o presidente Lula foi avisado de que existe a possibilidade de haver aumento do preço da energia no ano que vem devido ao baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

A construção da hidrelétrica do rio Madeira (RO) citada pelo presidente refere-se à usina de Santo Antônio. A previsão oficial é que ela comece a gerar energia em dezembro de 2012. O consórcio liderado pela empreiteira Norberto Odebrecht, vencedor da disputa pela hidrelétrica, no entanto, informou ao governo que pretende antecipar em aproximadamente seis meses a entrada em funcionamento da usina. Duas das 44 turbinas entrariam em funcionamento, gerando 4,5% dos 3.150 MW de potência instalada. Os donos da usina querem começar a gerar em maio ou junho de 2012.



Alan Marques/Folha Imagem

O presidente Lula

Nenhum risco [de racionamento]. Nenhum risco. A questão energética vive de boatos. Todo dia tem boatos de que vai acontecer isso, vai acontecer aquilo

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

## Preço paralisa novos contratos de energia

VERENA FORNETTI  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA  
GUILHERME BARROS  
COLUNISTA DA FOLHA

A CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) cancelou ontem os contratos de energia interruptível, em que negocia as sobras de que dispõe com os grandes consumidores.

A empresa não comenta a medida, mas diz que o fim do fornecimento está previsto nos contratos, que condicionam a venda à disponibilidade de excedente de energia, o que não existe neste momento.

Com a decisão da CPFL, os grandes consumidores que deixam de ser atendidos pela distribuidora pagarão mais pela energia. “O consumidor pode ter de comprar no mercado livre [a curto prazo], a R\$ R\$ 569,59 por MWh”, diz Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura.

Segundo a avaliação de Patricia Arce, diretora-executiva da Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres), o consumidor livre que precisa fechar novos contratos enfrentará problemas neste ano. “Com esse preço, fica impossível fazer novos contratos. Está tudo paralisado”, afirma.

João Mello, da consultoria Andrade & Canellas, afirma não há mais negociação dos consumidores livres depois da disparada dos preços. “Esse preço não é de mercado. Ultrapassou a faixa razoável.”

A diretora da Abrace estima que 95% dos consumidores livres que estão na associação já tenham contrato para 2008 e

que o resto dos consumidores está sem contrato para suprir apenas 5% a 10% da demanda.

Patricia Arce, porém, diz que o preço a curto prazo não atinge somente os grandes consumidores livres, mas também distribuidoras e geradoras de energia hidrelétrica. “Elas podem ter menos energia do que estão vendendo em contrato, que foi o que aconteceu na época do racionamento [em 2001].” Geradoras que vendem mais energia do que têm podem ser punidas.

No mês passado, a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) fez um leilão em que as distribuidoras podiam comprar energia elétrica, mas não apareceu nenhuma geradora interessada em vender energia.

“Na ocasião, não houve nenhum negócio. As distribuidoras vão precisar comprar energia em 2008 e, com esse preço, a negociação fica difícil”, diz a diretora da Abrace.

O consultor João Mello interpreta que as geradoras não concordaram com o preço teto oferecido no leilão e que preferiram esperar para vender energia porque sabiam que o valor negociado seria alto em 2008. “Em alguns casos, algumas distribuidoras podem ter ficado subcontratadas, mas há um mecanismo de negociação de sobras entre elas. Não é nossa perspectiva que as distribuidoras estejam desprotegidas.”

Consumidores industriais ouvidos pela **Folha** dizem que a distribuidora subiu em mais de 200% a tarifa nos horários de pico, de R\$ 350 por MWh (megawatt-hora) para R\$ 800 por MWh, das 18h às 20h.

País pode poupar ‘uma Itaipu’ com uso racional

DA SUCURSAL DO RIO

O Brasil tem condições de “poupar” o equivalente à produção de uma usina como a de Itaipu se lançar um programa agressivo de racionalização do uso de energia. A iniciativa seria capaz de gerar uma economia de 10% a 15% do consumo no intervalo de um ano — o que equivale de 5.500 MW a 8.300 MW. Esse é o diagnóstico de especialistas ouvidos pela **Folha**.

Para o físico Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe, a melhor saída para evitar um racionamento — e suas consequências traumáticas para a economia — é lançar mão de um plano de racionalização, com o financiamento oficial para a troca de equipamentos obsoletos por outros mais eficientes.

A **Folha** revelou no domingo alerta feito por Pinguelli, em carta ao presidente Lula e ao Ministério de Minas e Energia, sobre o risco de racionamento. O ex-presidente da Eletrobrás sugeriu a adoção de medidas imediatas de racionalização.

Ontem, Pinguelli disse que é possível, em tese, economizar até 30% da energia gerada. Ele acredita, porém, que não seja viável num curto espaço de tempo adotar medidas que assegurem esse nível de redução do consumo. “É

uma meta muito ousada.”

É factível, entretanto, diminuir em 10% ou 15% a demanda com ações como a troca das lâmpadas incandescentes por fluorescentes ou ajustar equipamentos industriais — feitos, em geral, já prevendo potência sempre 10% maior do que a necessidade real das unidades.

Segundo Pinguelli, o governo precisa adotar, a exemplo do que a estatal EDP (Energias de Portugal) fez em Portugal, um plano de substituição em massa de lâmpadas, que alcance especialmente famílias de baixa renda. Os consumidores mais pobres, diz, têm dificuldades por causa do preço maior dos equipamentos mais eficientes.

Deve haver ainda, avalia, estímulo para a criação de empresas que façam conversão de energia na indústria. “A primeira medida é reativar o Procel [programa de conservação de energia da estatal Eletrobrás], que já foi mais atuante.”

Menos otimista, Adilson Oliveira, especialista do Instituto de Economia da UFRJ, diz que apenas medidas de racionalização não são suficientes, embora tenham a sua importância.

“É preciso de um plano de contingência para o uso do gás [com o objetivo de assegurar a demanda das térmicas]. O governo precisa tomar medidas imediatas. Não é o momento apenas para racionalização. O problema é de curto prazo”, adverte. (P5)